

## INFÂNCIA E PRIVAÇÃO SOCIAL EM SANTO ANTÔNIO DO MADEIRA, 1910-1920

## CHILDHOOD AND SOCIAL DEPRIVATION IN SANTO ANTÔNIO DO MADEIRA, 1910-1920

### Xênia de Castro Barbosa<sup>1</sup>

Endereço Profissional: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – Campus Porto Velho Calama.

Av. Calama, 4985, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto

Porto Velho – RO. CEP: 76.820-441

E-mail: [xeniacaastro@ifro.edu.br](mailto:xeniacaastro@ifro.edu.br)

### Nilza Menezes<sup>2</sup>

Endereço Profissional: Poder Judiciário de Rondônia

Escola da Magistratura\Centro Cultural e de Documentação Histórica

Av. Rogério Weber, 2396 - Caiari,

Porto Velho - RO, CEP: 76801-160

E-mail: [nilzamenezes@hotmail.com](mailto:nilzamenezes@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo objetiva contribuir para uma reflexão acerca da história da infância em Santo Antônio do Rio Madeira. De maneira específica, almeja-se discutir as possibilidades de ser dessa infância em face de acirrado quadro de privação social. A aquisição de dados foi procedida mediante pesquisa no Centro de Documentação Histórica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, no banco de dados da Biblioteca Nacional, e em obras bibliográficas tangenciais ao assunto. Os resultados apontam para condições sanitárias desfavoráveis, privação social e violência, que se constituíam em empecilho para o pleno desenvolvimento da infância.

**Palavras-chave:** criança, pobreza, território, Amazônia.

**Abstract:** This article aims to contribute to a reflection on the history of childhood in Santo Antônio do Rio Madeira. Specifically, the aim is to discuss the possibilities of being this childhood in the face of a severe situation of social deprivation. Data acquisition was carried out through research in the Historical Documentation Center of the Court of Justice of the State of Rondônia, in the National Library database, and in tangential bibliographic works on the subject. The results point to unfavorable sanitary conditions, social deprivation and violence, which constituted an obstacle to the full development of childhood.

**Keywords:** child, poverty, territory, Amazon

<sup>1</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná. Docente do Instituto Federal de Rondônia, *Campus* Porto Velho Calama, e do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo-UMESP. Pesquisadora do Centro de Documentação Histórica do Poder Judiciário de Rondônia.

## Introdução

A história da infância é, ainda hoje, um campo de estudos desafiador no Brasil, sobretudo quando se deslocam as lentes para o Brasil profundo: indígena, caboclo, mestiço, distante dos grandes centros, onde o Estado se fez ausente e a cidadania tardou a se materializar mesmo no papel.

Ao pensar uma historiografia nacional sobre o tema, Mary Del Priore<sup>3</sup> já apontava, no início da década de 1990, que a criança é o grande ausente da história, reconhecendo que escrever essa história é empreendimento complexo, dado que a infância no Brasil foi pautada por distorções, negligências e equívocos - o que evidencia uma trajetória tortuosa para reconhecer, na criança, um ser autônomo e digno.

Essa ausência, essa exclusão da criança da história, e mesmo o tratamento marginal que o tema vem sofrendo não indica simples dileção por outros temas e abordagens, mas reflete o próprio comportamento social de exclusão e marginalização desses seres. Desse modo, essa ausência, esse silêncio acerca da infância não são vazios, mas prenes de significados, e são esses significados que buscaremos compreender neste artigo, ao tratarmos de Santo Antônio do Madeira, registrada por Marechal Rondon e Oswaldo Cruz como “a cidade sem crianças”.

Antes de passarmos para a análise do problema no recorte empírico e temporal selecionado (Santo Antônio do Madeira, décadas de 1910 e 1920), destaca-se, entretanto, que a exclusão das crianças das abordagens e produções historiográficas hegemônicas não é exclusiva do Brasil, como é possível entrever nas páginas de Perrot<sup>4</sup>. O tema, contudo, tem despertado interesse desde o surgimento da Escola dos Annales, em especial a partir da chamada “terceira geração”, que estendeu as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e outros temas, e contou ainda, com significativa contribuição de mulheres pesquisadoras<sup>5</sup>.

Nesse decurso, uma multidão de crianças invisibilizadas se soma às mulheres, prisioneiros, indígenas, quilombolas, pessoas homoafetivas, transgêneros, e batem à porta, reivindicando o reconhecimento de suas identidades e diferenças e os direitos básicos a todo ser humano.

---

<sup>3</sup> DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da história).

<sup>4</sup> PERROT, Michelle. *Os excluídos da História*. Tradução Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>5</sup> BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. Tradução Nilo Odália. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

Neste artigo pretende-se discutir as possibilidades de ser da infância em Santo Antônio do Rio Madeira, nos primórdios da vida republicana brasileira, em vistas da controversa presença do Estado naquele território. Para comunicar as reflexões aqui tecidas, optou-se por um plano narrativo que compreende, primeiramente, a apresentação dos materiais e métodos adotados na condução do estudo, onde se apresentará também as categorias de análise centrais ao trabalho e sua vinculação epistemológica. Subsequente aos materiais e métodos apresentam-se os resultados e discussão, que foram organizados em duas partes, sendo a primeira de considerações gerais sobre a infância, e a segunda de considerações específicas acerca da história da infância em Santo Antônio do Madeira.

## **Materiais e Métodos**

Escrever sobre a história da infância em Santo Antonio do Rio Madeira demanda contornar obstáculos diversos, dentre os quais a limitação de fontes, dado que se trata de um município amazônico, periférico, extinto em 1943, cujos vestígios da cultura material só recentemente têm sido alvo de catalogação e tratamento profissional. A maior parte de seus registros se perdeu entre Porto Velho, Cuiabá, Manaus, Belém e Rio de Janeiro, o que impôs desafios específicos a esta investigação.

A pesquisa aqui comunicada foi desenvolvida em abordagem qualitativa, na esteira da história social, e busca filiar-se ao domínio da história da infância. Trata-se de pesquisa básica, de cunho histórico, conduzida com o suporte do método da pesquisa bibliográfico-documental.

O *corpus* documental deste estudo teve como fontes primárias os autos processuais dos anos de 1912 a 1929, totalizando 89 processos, que registram ações concernentes a questões envolvendo menores (adoção, tutela, apuração de crimes) e à proteção à infância de crianças indígenas, além de matérias jornalísticas concernentes ao tema.

No que se refere às fontes secundárias, foram especialmente úteis as contribuições expressas em Olivar<sup>6</sup>, Souza<sup>7</sup> e Poubel e Silva<sup>8</sup>, dentre outros.

---

<sup>6</sup> OLIVAR, Júlio. *A cidade que não existe mais*. Porto Velho: Temática Editora, 2015.

<sup>7</sup> SOUZA, Cleicinéia Oliveira de. *Entre o evangelho e o ensino rural: educação feminina no Instituto Nossa Senhora do Calvário (vale do Guaporé/Guajará-Mirim MT/RO 1933-1976)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso: Programa de Pós-graduação em Educação. Cuiabá, 2017.

<sup>8</sup> POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado), 220f. Universidade de São Paulo: Faculdade de Educação, 2006.

A aquisição de dados foi realizada no centro de documentação histórica do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e mediante acesso às bases de dados da Biblioteca Nacional, onde se realizou busca a partir dos descritores “Mato Grosso” “Santo Antonio” e “Infância”.

Para a consolidação do *corpus documental* procedeu-se à serialização dos documentos por tipo e a operacionalização das críticas heurística e hermenêutica, sendo que os documentos reunidos se mostraram válidos e aptos a responder às questões propostas por esta investigação, quais sejam: “Havia ou não crianças em Santo Antônio do Rio Madeira nas primeiras duas décadas do século XX?” E “Quais eram as condições de desenvolvimento da infância em Santo Antônio naquele período”.

As análises foram desenvolvidas com base em historiografia pertinente ao tema, em especial em Veiga<sup>9</sup>, Ariès<sup>10</sup>, Poubel e Silva<sup>11</sup> e Del Priore<sup>12</sup>. Foram acionadas as seguintes categorias:

**Infância** – entendida a partir de Ariès (*op. cit.*), como invenção moderna, que remonta ao século XVII e se refere a uma etapa da vida que demanda proteção por parte da família e da sociedade. Esta categoria vem catalisando saberes, notadamente, saberes médicos e pedagógicos, que institucionalizaram formas de poder que incidem sobre o corpo das crianças, estabelecendo padrões e limites que conformam um sistema disciplinar.

Apesar de a infância se referir a uma etapa da vida sobre a qual, atualmente, se tem relativo consenso, é pertinente ponderar que a infância é vivenciada de diferentes formas, conforme o tempo, o espaço e a cultura em que a criança está inserida. Assim, aos nos referirmos a esse conceito, não nos reportamos a uma forma universal e homogênea, mas buscamos suas especificidades, a partir de registros que informam sobre a infância de crianças brasileiras, amazônicas, indígenas, caboclas, descendentes de quilombolas, filhas de seringueiros e outros trabalhadores humildes, assim como as que tiveram como progenitores membros da elite local.

**Território** – compreendido, nesta pesquisa, a partir de Raffestin<sup>13</sup>, por possibilitar uma leitura dos conflitos, das contradições sociais que se expressam a partir das estratégias materiais e simbólicas de territorialização.

<sup>9</sup> VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). *Perspectiva*, Volume 37, n. 3, jul./set. 2019 p. 767 – 790.

<sup>10</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

<sup>11</sup> POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado), 220f. Universidade de São Paulo: Faculdade de Educação, 2006.

<sup>12</sup> DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da história).

<sup>13</sup> RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

**Privação Social** – pensada a partir de Townsend<sup>14</sup>, pioneiro nos estudos da área, e Ivaldi<sup>15</sup>. Esta categoria de análise mostra-se recurso relevante para a investigação social dos fatores de desigualdade de acesso a bens e recursos. O primeiro definiu a privação social relativa como a situação de desvantagem manifestada em camadas da sociedade ou em determinados grupos sociais, situação esta que é historicamente definida e variável em tempo e espaço (por isso relativa), e que pode ser revertida ou minimizada com políticas públicas. Para o autor:

Poverty can be defined objectively and applied consistently only in terms of the concept of relative deprivation. [...] The term is understood objectively rather than subjectively. Individuals, families and groups in the population can be said to be in poverty when they lack the resources to obtain the types of diet, participate in the activities and have the living conditions and amenities which are customary, or are at least widely encouraged or approved, in the societies to which they belong. Their resources are so seriously below those commanded by the average individual or family that they are, in effect, excluded from ordinary living patterns, customs and activities<sup>16</sup>

Assim, pelo prisma proposto por Townsend, a Privação Social deve ser encarada da perspectiva do padrão de vida, de consumo e do exercício da cidadania socialmente aceitos. Tais elementos variam de cultura para cultura, manifestando-se de forma diferenciada nos territórios. Nessa perspectiva, ela tem a pobreza, expressa na renda, como uma de suas dimensões; essa dimensão, contudo, não é o fator explicativo absoluto do fenômeno, já que outros fatores que incidem sobre o desenvolvimento humano, como as condições sanitárias expressas no território, as de exercício da cidadania, a discriminação e o preconceito étnico-racial ou de gênero. Fatores esses que, conforme Ivaldi<sup>17</sup> vão além das barreiras materiais da pobreza.

## Resultados e Discussão

<sup>14</sup> TOWNSEND, Peter. *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living*. Univ of California Press, 1979.

<sup>15</sup> IVALDI, Enrico. "Material and social deprivation in Italy: An analysis on a regional basis". *Eastern European Business and Economics Journal*, v. 2, n. 3, 2016. p. 248-268.

<sup>16</sup> TOWNSEND, Peter. *Poverty in the United Kingdom: a survey of household resources and standards of living*. Univ of California Press, 1979, p. 31.

<sup>17</sup> IVALDI, Enrico. "Material and social deprivation in Italy: An analysis on a regional basis". *Eastern European Business and Economics Journal*, v. 2, n. 3, 2016. p. 248-268.

## Notas sobre a constituição da infância

Até o século XVII, as sociedades européias não possuíam uma compreensão da infância como fase diferenciada do desenvolvimento humano, e não apresentavam ainda o “sentimento de infância” – no qual se encerra um tipo particular de afetividade familiar expressa em termos de “paparicação” e “apego”<sup>18</sup>. Esse sentimento de infância, segundo o autor, só viria a se difundir no limiar do século XVII para o XVIII, e a partir dele, a infância passou a ser definida como uma fase de ingenuidade e fragilidade, que deveria ser protegida.

Com a descoberta da infância, verificam-se alterações nas relações entre adultos e crianças, e um deslocamento dos interesses e bem-estar do adulto para os das crianças, a ponto de elas se tornarem protagonistas na organização familiar e sujeitos de novas práticas e formas de conhecimento<sup>19</sup>. A autora destaca, todavia, que esse processo de “descoberta da infância” não resultou em benefícios homogêneos para todas as crianças, pois ocorreu em um contexto de neocolonialismo e violência:

Observa-se que, paradoxalmente, foi também o contexto de escravização e tráfico de crianças africanas e indígenas nas colônias europeias, bem como da difusão generalizada do trabalho de crianças oriundas das famílias operárias. Nas mesmas circunstâncias em que se ampliaram os debates quanto às necessidades diferenciadas das crianças e difundiu-se um modelo de infância, superior e europeia, desenvolveram-se também modos de tratamento específicos da criança pobre, indígena e negra, cujo entendimento de sua assistência e proteção esteve centrado no trabalho, como fonte de regeneração de sua condição inferior, por vezes, naturalizada. Portanto, no âmbito da história da infância e da educação há de se problematizar as múltiplas condições de fazer-se criança<sup>20</sup>.

No encaço dessa perspectiva analítica,

A Infância na História veio a constituir-se, como tema e objecto epistémico, desde inícios do período moderno, ainda que a História da Infância, como conhecimento e narrativa, seja mais recente. A constituição histórica da Infância inclui distintos modos de representar e de significar, assinalando tempos de convergência e tempos de divergência ou mesmo contradições e rupturas. Na religião, na civilidade, na arte, na literatura, na pedagogia, a Infância resulta de uma constelação, que congrega dimensões demográficas, económicas, afectivas, socioculturais. A Infância

<sup>18</sup> ARIËS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

<sup>19</sup> VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). *Perspectiva*, Volume 37, n. 3, jul./set. 2019 p. 767 – 790.

<sup>20</sup> VEIGA, Cynthia Greive. Infância subalterna: dimensões históricas das desigualdades nas condições de ser criança (Brasil, primeiras décadas republicanas). *Perspectiva*, Volume 37, n. 3, jul./set. 2019 p. 770.

teve infâncias que se traduzem em novos espaços, novas manifestações de afectividade e de relação nos quadros públicos, privado e doméstico, e a que foram sendo destinados espaços, tempos e meios de ser ensinada e de aprender<sup>21</sup>

Na esteira dessas novas manifestações e espaços percebe-se uma nova postura do Estado e da Igreja. Nessas instituições, ao passo em que há progressiva compreensão de que a infância é uma fase especial da vida, que demanda atenção, cuidados e investimentos próprios – e se coadunam ações de proteção social às crianças, há também a crença de que se trata de uma fase marcada por imperfeições e incompletudes. Segundo tal entendimento, para corrigir tais falhas seria necessário inserir essas crianças em um sistema pedagógico capazes de lhes educar moralmente e lhes preparar para atender às expectativas da sociedade da qual faz parte. Vê-se assim, no decorrer dos séculos XVII a XX, uma institucionalização de saberes que irão se inscrever sobre o corpo e a mente das crianças, estabelecendo padrões de normalidade, inteligência e higiene, e que se consolidarão como elementos de distinção social.

É pertinente afirmar, portanto, que a Infância foi constituída como campo de ciência e de educação. De motivo e tema, a Infância e, particularmente, a criança tornaram-se objeto de investigação, cruzando diferentes domínios científicos, designadamente a psicologia, a medicina, a pediatria, a pedagogia e mais recentemente a sociologia e a história<sup>22</sup>.

Desse modo, no contexto de invenção da infância foram notáveis as mudanças de concepções e de práticas relativas ao cuidado infantil. Novos objetos e novos espaços foram adquiridos pela burguesia para promover o bem-estar e desenvolvimento de seus pequenos herdeiros, e de igual modo, Estado e Igreja também passaram a intervir sobre a matéria, por meio da construção de parques e praças com equipamentos disponibilizados para o público infantil, de escolas, de difusão de uma literatura própria, assim como por meio da atenção à saúde e da inclusão das crianças nos levantamentos estatísticos.

Se de um lado, educação e saúde apresentavam-se como perspectivas universais à infância, ações específicas foram coordenadas em prol da chamada “infância desvalida”, ou seja, das crianças órfãs, pobres ou provenientes de famílias sem condições para prover seu sustento e segurança. Já não se tratava, contudo, de mera assistência ou filantropia, mas de inscrição da criança em situação de privação social em uma ordem disciplinar cuja reprodução servia aos interesses de classe do Estado Moderno.

---

<sup>21</sup> MAGALHÃES, Violante; MAGALHÃES, Justino. Constituição da infância na sociedade ocidental. *Perspectiva*, v. 37, n. 3, jul./set. 2019, p. 711.

<sup>22</sup> MAGALHÃES, Violante; MAGALHÃES, Justino. Constituição da infância na sociedade ocidental. *Perspectiva*, v. 37, n. 3, jul./set. 2019, pp. 710-727

Essas concepções sobre a infância não tardariam a chegar ao Brasil. Cabe destacar, contudo, que antes disso, durante o período colonial, a preocupação da Coroa portuguesa para com as crianças nascidas em solo brasileiro fora praticamente inexistente, dado o caráter colonial e mercadológico do empreendimento. Assim, as iniciativas educacionais e de “proteção” das crianças ficaram a cargo da Igreja, que por meio das missões jesuítas estabeleceu escolas em diversos pontos do território, além de acolher, nas Santas Casas de Misericórdia as crianças rejeitadas, entregues pelos progenitores às rodas dos expostos<sup>23</sup>.

No que se refere à Educação no Brasil, até 1759 esta ficou a cargo dos jesuítas, cujo projeto educacional alinhava-se estreitamente aos objetivos coloniais: catequizar e educar os indígenas e os filhos dos colonos – os primeiros para servirem de mão de obra aos empreendimentos coloniais, e os segundos para exercerem as funções de liderança social e política, a partir da exploração da mão de obra dos primeiros, além da exploração de africanos escravizados.

No que concerne à proteção da infância no Brasil, esta se limitou, durante o período colonial e o do Brasil Império, a ações de acolhimento de crianças abandonadas e sua inserção em instituições de abrigo, onde recebiam alimentos e uma educação rudimentar, que lhes prepararia para a vida junto a uma nova família, no caso de serem adotadas, ou para constituírem suas próprias famílias quando crescessem – o que pressupõem a aprendizagem de ofícios capazes de lhes prover o sustento.

Já no ano subsequente à proclamação da República, a publicação do novo Código Penal<sup>24</sup> evidenciava mudanças nas concepções e práticas em relação à infância. Primeiramente, esta se tornou passível de criminalização, sendo poupadas apenas as crianças menores de nove anos completos, e as que tendo entre nove e quatorze anos, tivessem cometido delito por não terem discernimento das conseqüências de seus atos. Crianças dessa faixa etária que tivessem praticado crime ou contravenção com conhecimento de causa (discernimento) deveriam ser recolhidas a estabelecimentos disciplinares industriais, pelo tempo determinado pelo juiz, não podendo lá permanecer após completar 17 anos de idade.

Assim, contrariando as expectativas de que o advento da República poderia inovar na proteção da infância, assegurando-lhes mecanismos perenes de desenvolvimento, o que se tem são medidas autoritárias, que passam ao largo de qualquer enfrentamento dos

---

<sup>23</sup> DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da história).

<sup>24</sup> BRASIL. República dos Estados Unidos do Brasil. *Decreto Nº 847, de 11 de Outubro de 1890*.



problemas sociais que convergiam para a criminalidade infanto-juvenil: abandono, negligência, privação social, ausência de educação, dentre outros fatores.

Ponto que sobressai na leitura do referido Decreto é o caráter industrial dos estabelecimentos disciplinares, nos quais as crianças abandonadas ou delinqüentes (ou delinqüentes porque abandonadas) seriam internadas. Essas instituições coincidem com o início da industrialização brasileira, que pautada em um modelo de substituição de importações, necessitava de todos os braços possíveis para produzir os bens de consumo necessários para alavancar a economia da jovem república. Nesse sentido, a exploração da mão de obra infanto-juvenil se mostrou oportuna tanto aos interesses do Estado quanto aos dos industriais.

Tem-se no Brasil, no início de sua vida republicana, um exército industrial de crianças e adolescentes. Conforme Pinheiro<sup>25</sup>, as crianças menores de 14 anos representavam, no Brasil, no ano de 1901, 8% dos trabalhadores industriais do país, e em 1920, já representava 19,3% do total de trabalhadores industriais do país, respondendo por 29,4% da força de trabalho empregada nas indústrias da cidade de São Paulo e por 20% no Distrito Federal.

Este fenômeno, que hoje soa absurdo, revela múltiplas faces: de um lado, o grave quadro de privação social no qual a classe trabalhadora estava inserida – a ponto de necessitar empregar seus filhos menores para complementar a renda familiar<sup>26</sup>; de outro, um Estado em clara aliança com o Capital, definindo mecanismos públicos (escolas técnicas e industriais, reformatórios, patronatos agrícolas, casas-abrigo) para disciplinamento de crianças e adolescentes, com vistas a favorecer sua exploração econômica pelos agentes do capitalismo; de outro, crianças e adolescentes à mercê de interesses dos adultos, sem condições de decidir seu presente e seu futuro, expostas às mais diversas violências, desde a econômica, medida por salários inferiores, até a violência física (castigos corporais, punições, vivência em ambientes insalubres e perigosos), até a violência simbólica (humilhação social e participação precoce em um universo de adultos, impróprio a crianças e adolescentes). Assim, suas possibilidades de desenvolvimento saudável eram tolhidas, o direito de brincar era interdito, e o direito de aprender se limitava aos conteúdos de interesses pragmáticos da ordem vigente. Nessa lógica,

---

<sup>25</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio. “O proletariado industrial na Primeira República”. In: Boris Fausto (org). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano*. São Paulo: DIFEL, T. 3, VOL. 2, 1978, pp. 7-37.

<sup>26</sup> MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

liberdade, imaginação, criatividade e brincadeiras eram verdadeiros atos de insubordinação, passíveis de castigo.

Essa infância interdita, referida por Pinheiro e Marcilio, nas obras aqui indicadas, tinha uma cor própria – era a infância dos meninos e meninas negros, caboclos, mestiços, e mesmo das crianças brancas, filhas de imigrantes.

Se uma interseccionalidade de violências é percebida em relação às crianças pobres, situação bem diversa é a vivenciada pelas crianças das famílias brancas e abastadas. A essas foi dada a oportunidade de brincar, ler livros e revistas, ir ao cinema, freqüentar boas escolas e se encantar com a multiplicidade de conhecimentos que há no mundo. Essas puderam desfrutar de casa, e não de abrigos provisórios e incertos, de alimentos saudáveis e diversificados, e de relações que lhes favoreceram atenção e cuidados, garantindo condições especiais para seu desenvolvimento.

### **Notas sobre a infância em Santo Antônio do Madeira**

Para apreender a história da infância em Santo Antonio do Rio Madeira entende-se por bem pontuar, primeiramente, alguns aspectos concernentes à formação de seu território, a fim de problematizar o quadro de desenvolvimento dessa infância.

Do ponto de vida administrativo, Santo Antônio do Rio Madeira foi um município brasileiro pertencente ao Estado de Mato Grosso que perdurou por apenas 37 anos. Foi criado em 03 de junho de 1908, por meio da Lei Estadual Nº 494, promulgada pelo governador do Mato Grosso, Generoso Paes Leme de Souza Ponce, instalado em 1912 e extinto a 17 de abril de 1945, mediante o estabelecido no Decreto-Lei 7.470. Sua extinção ocorreu em função de sua incorporação ao município de Porto Velho, à época capital do Território Federal do Guaporé. A formação do município se deu em razão do incremento da produção e comercialização da borracha e do fluxo populacional decorrente da retomada da construção da ferrovia Madeira-Mamoré, em 1907.

Originalmente, Santo Antônio do Rio Madeira era território indígena, no qual se destacava a presença da etnia Mura. As primeiras investidas de colonização desse território foram empreendidas por portugueses e remontam a 1728, quando os missionários jesuítas João Sam Payo e Manuel Fernandes fundaram a missão denominada Santo Antônio das Cachoeiras, cerca de 10 km de onde seria edificado, posteriormente, o núcleo urbano da

pequena cidade<sup>27</sup>. A missão religiosa foi destruída pelos indígenas Mura, em represália ao fato de que indígenas dessa mesma etnia foram vendidos como escravos no Pará.

Nova tentativa de povoamento da região de Santo Antônio do Madeira teve registro em 1798, desta vez sob os encargos da Companhia de navegação do Maranhão e Grão-Pará, que viu como vantajoso fazer beneficiamentos aos dois portos naturais existentes no lugar e edificar outras obras de infraestrutura de suporte ao comércio nos rios Guaporé, Madeira e Amazonas. Assim, a referida companhia de navegação construiu em Santo Antonio armazéns, fábrica de canoa, uma casa de ouvidoria e um quartel militar.

Francisco de Souza Coutinho, governador da capitania do Grão-Pará, nomeou para o cargo de ouvidor o advogado Luiz Pinto de Cerqueira, que migrou de Belém para Santo Antônio acompanhado de comitiva composta por ciganos degredados e famílias provenientes de Lisboa, que lhe auxiliariam na colonização, porém, mais uma vez a hostilidade dos indígenas, somada à falta de segurança e à proliferação de doenças levou novamente ao despovoamento. No ano seguinte, por força do Decreto-Lei 5.024<sup>28</sup>, a navegação do rio Madeira foi aberta a navios mercantes de todas as nacionalidades, e para ensejar tal movimentação, um novo porto foi edificado em Santo Antônio do Madeira: o Porto dos Vapores, também denominado Porto Novo, em contraposição ao cais antigo.

Com o novo porto e a intensificação da navegação pelo Madeira, a vila ganharia novos habitantes e uma nova dinâmica. Grande parte das riquezas amazônicas, representadas pela borracha, ouro e drogas do sertão, passava por Santo Antônio e ele rapidamente se tornou lugar de especuladores e negociantes<sup>29</sup>. Vivia-se a *belle époque* amazônica, possibilitada pelas riquezas faustosas obtidas com a exploração do látex.

Com a intensificação do comércio de borracha, uma mesa de rendas e um posto de coletoria de impostos foram instalados em Santo Antônio, a mando do governo do Mato Grosso, e foram retomadas as obras de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, concluída em 1912 por empresa contratada por Percival Farquhar.

Embora o município de Santo Antônio do Rio Madeira tenha sido criado em 1908, sua instalação só viria a ocorrer quatro anos depois, em dois de julho de 1912 – o que denota que sua criação atendera a interesses políticos e geopolíticos, mas que o empenho para desenvolvê-lo como *urbe* e *civitas* era baixo, o que pode ser explicado por cinco

<sup>27</sup> FONSECA, Dante Ribeiro “Santo Antônio do Rio Madeira: as ambiguidades de uma povoação amazonense do Mato Grosso e a Madeira-Mamoré”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, vol. 12, nº. 2, jul./dez, 2020, pp.11-38.

<sup>28</sup> BRASIL. Império do Brasil (1873). *Decreto Nº. 5.024, de 15 de janeiro de 1873*. Rio de Janeiro.

<sup>29</sup> OLIVAR, Júlio. *A cidade que não existe mais*. Porto Velho: Temática Editora, 2015.

fatores: (1) a grande distância geográfica que o separava de Cuiabá – a capital do Estado de Mato Grosso, (2) as dificuldades de comunicação – só superadas com a implantação do telégrafo, (3) a elevada incidência de malária e outras doenças tropicais, (4) o fato de que o recolhimento de impostos funcionava a contento do governo do Mato Grosso, e (5) contendas com o Amazonas sobre questões relacionadas a limites geográficos, conforme se depreende da leitura de Felix<sup>30</sup> e de Olivar<sup>31</sup>.

O pronunciamento do então deputado federal Joaquim da Costa Marques, em 1911 – futuro governador do Mato Grosso é bastante esclarecedor quanto a esses aspectos:

O município contribui com a maior parte de nossas rendas públicas. Pela enorme distância que o separa dos demais centros e dificuldade de sua comunicação, ainda sofre a anomalia de viver quase fora do alcance de nossas leis e da ação da justiça e da autoridade, que ali só se manifesta no seu caráter meramente fiscal.

Reduzida como está, essa gente carece de escolas a seus filhos e de juizes que lhe apliquem as leis do estado e lhe garantam os direitos e os meios para habilitar-se para o direito eleitoral, de modo que possam esses mato-grossenses organizar o seu poder municipal e intervir, pelos seus representantes, na gestão dos negócios públicos<sup>32</sup>.

De fato, a presença do Estado em Santo Antônio do Madeira limitava-se, desde 1873 à cobrança de impostos. Desse modo, o problema da insalubridade de Santo Antônio – pelo qual a vila era conhecida, deveria ser buscado na dinâmica política da época. Não foi isso, contudo, o que aconteceu, salvo rara exceção representada por Joaquim Augusto Tanajura, médico da Companhia Expedicionária das Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas que acompanhou o Marechal Rondon até Santo Antônio do Madeira, tendo se tornado intendente e primeiro prefeito do lugar. Antes de apresentarmos a exceção, contudo, pontuaremos algumas das percepções tecidas acerca de Santo Antônio na primeira década do século XX que deram a tônica de sua representação social.

Marechal Rondon, o líder da expedição que conectou esse território ao restante do Brasil, por meio do telégrafo, registrou em concisas linhas suas impressões sobre Santo Antônio do Rio Madeira e seus habitantes:

Santo Antonio tem um aspecto tristonho, feio; as suas ruas estão acumuladas sobre um outeiro, a cavalheiro do porto. São tão sujas, tão sem hygiene, que admira não haver maior mortandade nesse accumulo de habitantes aventureiros e viciosos, sem regras de moral.

Os habitantes da Villa, na sua maioria, são negociantes árabes; a principal rua é ocupada por esses mercadores. Sem esgoto, sem água e sem hygiene, o lixo se amontoa por toda a parte; a podridão exhala em todas as direcções. As poucas rezes abatidas para alimentação dessa gente bastarda, o são em qualquer parte da rua,

<sup>30</sup> FELIX, Pedro Carlos Nogueira. *História de Mato Grosso*. Cuiabá: Infanti, 2013.

<sup>31</sup> OLIVAR, Júlio. *A cidade que não existe mais*. Porto Velho: Temática Editora, 2015.

<sup>32</sup> OLIVAR, Júlio. *A cidade que não existe mais*. Porto Velho: Temática Editora, 2015, p. 26.

onde são esfoladas, esquartejadas, sendo as fezes, a cabeça e os restos, deixados no mesmo lugar á sanha dos cães e abutres.

A cousa mais notavel dessa Villa é não haver criança no lugar. As poucas que para alli são levadas definham fatalmente, como planta exótica que fenece ao calor terrível da zona tropical. Os gêneros de primeira necessidade são vendidos por preço exorbitantes: uma galinha attinge o preço fabuloso de 20\$000. O principal gênero de negocio dessa infeliz aldeia é a bebida alcoólica<sup>33</sup>

Ao passo em que o Relatório do Marechal, apresentado às “Linhas Telegraphicas e à Divisão geral de engenharia do Departamento de Guerra” é fonte basilar para este exercício de composição histórica que aqui realizamos, como todo documento histórico, transparece ideias, crenças e preconceitos comuns à época do autor.

O primeiro ponto que chama a atenção no excerto destacado é o caráter anti-higiênico atribuído a Santo Antônio, o que será reafirmado posteriormente por relatório elaborado pelo renomado sanitarista Oswaldo Cruz<sup>34</sup> e confirmado pelo próprio prefeito de Santo Antônio<sup>35</sup>.

O ambiente insalubre conjugaria elementos multicausais, dentre os quais o clima, a riqueza de vegetação, a proliferação de anofelíneos da malária e outros agentes patogênicos, bem como a falta de infraestrutura de saúde.

Para Rondon<sup>36</sup>, essa insalubridade ambiental parece decorrer, no discurso analisado, do perfil da população local: “habitantes aventureiros e viciosos, sem regras de moral”. Descrição peremptória, feita por alguém que acabara de chegar.

Esse julgamento moral que se entrevê no relato do sertanista parece ter como estratégia de sustentação a definição da população predominante: árabes, estrangeiros, possivelmente muçulmanos... E culmina no discurso de que “O principal gênero de negocio dessa infeliz aldeia é a bebida alcoólica”, o que embora pudesse ter um volume comercial significativo à época, não seria capaz de competir com o comércio da borracha. Assim, a suposta degradação moral da população funciona, no interior da narrativa, como elemento explicativo da degradação das qualidades ambientais.

É importante considerar, entretanto, que o excerto analisado representa apenas três parágrafos dentro de um relatório de mais de 360 páginas, cujo objetivo era o de estudo e reconhecimento/registro geográfico, não sendo suficiente para determinar, por si só, que o

<sup>33</sup> RONDON, Candido Mariano da Silva. *Comissão das linhas telegraphicas estrategicas de Mato Grosso ao Amazonas: relatorio apresentado á directoria geral dos telegraphos e á divisão geral de engenharia (G.5) do departamento da guerra, 1909*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2016, p. 337.

<sup>34</sup> CRUZ, Oswaldo Gonçalves. *Madeira Mamoré Railway Company: considerações gerais sobre as condições sanitárias do Rio Madeira*. Rio de Janeiro: Papelaria Americana, 1910.

<sup>35</sup> TANAJURA, Joaquim Augusto. “Região do Madeira Santo Antônio”. *Jornal do Commercio*. Edição 02558 (1), 5 de junho de 1911.

<sup>36</sup> RONDON, Candido Mariano da Silva. *Comissão das linhas telegraphicas estrategicas de Mato Grosso ao Amazonas: relatorio apresentado á directoria geral dos telegraphos e á divisão geral de engenharia (G.5) do departamento da guerra, 1909*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2016, p. 337.

autor fosse movido por preconceito étnico ou religioso em relação aos árabes. Há, contudo, um juízo de valor quanto à população observada e sua conduta.

Outro ponto de destaque é a afirmação da “ausência de crianças”, que segundo o autor, definhariam sob as elevadas temperaturas: “A cousa mais notavel dessa Villa é não haver criança no lugar. As poucas que para alli são levadas definham fatalmente, como planta exótica que fenece ao calor terrível da zona tropical”<sup>37</sup> Rondon se refere exclusivamente a crianças não indígenas, já que o contato com crianças indígenas foi relatado em diversos pontos do relatório e elas constituíam parte significativa da população com a qual teve contato durante toda a expedição. Nesse ponto do relatório, em que apresenta Santo Antônio como cidade sem crianças, é possível entrever determinismo climático como fator de letalidade infantil – o que é compatível com as ideias da época.

Por fim, se destaca o alto preço dos alimentos, fato comum nas áreas de seringais, onde o sistema de aviamento compunha a infraestrutura de semi-escravidão imposta aos seringueiros pelos coronéis de barranco. A carestia de alimentos é mencionada a título de curiosidade, mas não é vinculada pelo autor do relatório, como fator prejudicial à saúde. De igual modo, a observação sobre ausência de matadouro não é levada a maiores conseqüências. Ou seja, a falta de recursos e de infraestrutura tem seus aspectos políticos silenciados em favor da ideia de que os problemas resultam do comportamento da população, de sua falta de higiene, precisamente, mostrando, dessa via, o alinhamento do autor às concepções higienistas em voga na época.

Cerca de seis meses após a chegada de Marechal Rondon a Santo Antônio do Madeira, Oswaldo Cruz também visitou a vila, tendo sua estadia entre Santo Antônio do Madeira e Porto Velho perdurado de 16 de junho e 29 de agosto de 1910. A visita do médico e cientista foi realizada a partir de convite da empresa May, Jekyll & Randolph, que havia retomado o trabalho de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e necessitava de orientações técnico-científicas quanto à prevenção e profilaxia de endemias tropicais, dentre as quais a malária, doença que era a principal causa de morte entre seus trabalhadores.

No que se refere às impressões do cientista sobre Santo Antônio do Madeira registradas em carta à sua esposa, é possível ler:

Visitamos hontem a cidade de Sto Antonio. Não podes imaginar o que seja. Qualquer descripção por mais pessimista ficaria aquem da realidade. Basta que te

---

<sup>37</sup> RONDON, Candido Mariano da Silva. *Comissão das linhas telegraphicas estrategicas de Mato Grosso ao Amazonas: relatório apresentado á directoria geral dos telegraphos e á divisão geral de engenharia (G.5) do departamento da guerra, 1909*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2016, p. 337.

diga que na cidade não ha um só habitante filho do lugar. Todas as crianças que ali nascem morrem infallivelmente e as poucas ahi nascidas estão de tal modo doentes que fatalmente morrerão breve. A immundicie é incrível. Para dar uma ideia pallida do que é ella basta que te diga que matam os bois nas ruas e ahi abandonam as visceras cabeça etc. que deixam apodrecer em plena rua, e o máo cheiro é de tal ordem que quase se fica suffocado. Estou horrorizado com tanta porcaria!<sup>38</sup>.

Nota-se similaridade entre a percepção das condições sanitárias registradas por Oswaldo Cruz e Marechal Rondon, e ambos os documentos apontam para a elevada mortalidade infantil existente em Santo Antônio do Madeira. A afirmação de que se tratava de uma cidade sem crianças, apresentada no Relatório de Rondon de 1909, ou de que as poucas crianças existentes estavam fatalmente condenadas, aponta para a histórica exclusão das crianças, para sua tradicional ocultação e silenciamento. Por outro lado, pode ser lida também como uma figura de força retórica, que alertava para a necessidade de políticas públicas de combate à mortalidade infantil e de proteção à infância.

Havia crianças, e estas enfrentavam inúmeras dificuldades para sobreviver. A série histórica do recenseamento da população de Mato Grosso<sup>39</sup> informa que sua população, no período de 1872 a 1920 era preponderantemente jovem, localizando-se na faixa etária de 5 a 39 anos, com destaque para o coeficiente localizado entre os 15 e 29 anos de idade, 5 a 9 e 10 a 14 anos.

Estima-se, ademais, que tanto o relatório produzido pelo Marechal Rondon, quanto a carta de Oswaldo Cruz, cujos excertos foram acima apresentados, e os dados do censo demográfico de 1928<sup>40</sup>, tenham tomado como referente crianças urbanas. Isso porque, dispersas pelos seringais e pelas vastas extensões dos vales do Guaporé e Madeira era grande a quantidade de crianças indígenas, caboclas, bolivianas e de ascendência quilombola, cuja infância se dividia entre a terra e a água: o trabalho nos seringais e as brincadeiras, passeios e mesmo o trabalho precoce em canoas e embarcações que levavam e traziam mercadorias do Porto dos Vapores.

De acordo com Fonseca<sup>41</sup>, em 1913 Santo Antônio contava já com 304 casas e 911 habitantes fixos, sendo 697 na zona urbana e 214 na zona rural. No que se refere ao quantitativo de crianças, essas totalizavam 148, das quais 125 residiam no perímetro urbano.

---

<sup>38</sup> CRUZ, Oswaldo Gonçalves. Carta de Oswaldo Cruz à esposa, de 13 de julho de 1910. In: Dossiê Miloca – 1910/1911 – Expedições científicas de Manguinhos. Disponível em: <http://www.invivo.fiocruz.br/historia/cartas-de-oswaldo-cruz/>

<sup>39</sup> BRASIL. República dos Estados Unidos do Brasil (1928). Recenseamento do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1928. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26463>

<sup>40</sup> BRASIL. República dos Estados Unidos do Brasil (1928). Recenseamento do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Da Estatística, 1928. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=26463>

<sup>41</sup> FONSECA, Dante Ribeiro “Santo Antônio do Rio Madeira: as ambiguidades de uma povoação amazonense do Mato Grosso e a Madeira-Mamoré”. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, vol. 12, nº. 2, jul./dez, 2020, pp.11-38.

A presença dessas crianças levou Joaquim Augusto Tanajura a pleitear junto ao governador do Estado de Mato Grosso, Senhor Joaquim Augusto da Costa Marques, a construção da primeira escola estadual da localidade, demanda esta que foi atendida:

A instrução publica primaria é ministrada, ali, em uma escola mixta, que lá se acha bem installada em edificio mandado construir especialmente para esse fim. Essa escola foi inaugurada em 1.º de Maio do anno findo, com 48 alumnos, e no fim do anno a matricula a accusava 56 alumnos, o que é, para um logar de população reduzida e que até ha pouco era tido como a ante-camara da morte, um numero bastante animador. Esta escola, porem não satisfaz as necessidades do ensino primario em tão vasta região e de população tão disseminada<sup>42</sup>

A escola sediava o grupo escolar de Santo Antônio do Rio Madeira, posteriormente renomeado para “Grupo Escolar Mário Corrêa”. O próprio governador reconheceu a existência de mais crianças dispersas pelo território, as quais se encontravam fora da escola, sem acesso à educação formal.

O Recenseamento de 1928 indicou, naquele ano, a presença de 4.816 crianças de 0 a 14 anos em Santo Antônio do Rio Madeira, o que permite inferir êxito nas ações de combate à mortalidade infantil - que em 1914 apresentou queda de 46% em relação ao ano anterior<sup>43</sup>, mas também, crescimento demográfico e aperfeiçoamento da forma de contagem populacional. Na figura 1 é possível verificar a distribuição dessa população infantil por gênero e faixa etária.

**Figura 1:** População infantil do Estado de Mato Grosso, 1928.

---

<sup>42</sup> MARQUES, Joaquim Augusto da Costa. Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. Joaquim A. da Costa Marques Presidente do Estado á Assembléa Legislativa ao installar-se a 2a. Sessão ordinaria da 9a. Legislatura. Cuiabá: 1913.

<sup>43</sup> OLIVAR, Júlio. *A cidade que não existe mais*. Porto Velho: Temática Editora, 2015.



Localidade	Masculino				Feminino				Total			
	-1	1-6	7-9	10-14	-1	1-6	7-9	10-14	-1	1-6	7-9	10-14
Campo Grande	267	2108	968	1460	310	2028	924	1266	607	4136	1892	2726
Corumbá	269	1752	787	1087	268	1677	804	1120	537	3429	1591	2678
Aquidauana	71	1049	337	572	98	941	409	543	169	1990	746	115
Bela Vista	131	1017	545	665	162	969	429	545	293	1986	974	1210
Coxim	111	753	344	452	103	724	322	404	214	1477	666	856
Cuiabá	429	2849	1431	2038	429	2792	1390	2037	858	5641	2821	4075
Diamantino	39	345	159	226	31	329	184	224	70	674	343	450
Livramento	129	849	378	468	89	858	388	543	218	1707	766	1011
Mato Grosso	8	111	62	75	17	129	53	56	25	240	115	131
Miranda	105	677	308	433	102	698	306	372	207	1375	614	805
Nioac	117	904	395	551	117	872	376	453	234	1776	771	1004
Poconé	80	617	311	443	88	665	333	431	168	1282	644	874
Ponta Porã	378	2732	1255	1778	357	3109	1160	1486	735	5841	2415	3264
Porto Murtinho	49	334	174	215	44	311	155	203	93	645	329	418
Registro do Araguaia	84	540	213	310	74	535	246	278	158	1075	459	588
Rosário Oeste	152	1039	565	750	202	1193	659	816	354	2232	1224	1566
Santana da Paraiba	154	1121	543	691	152	1055	481	704	306	2176	1024	1395
Santo Antônio do Rio Abaixo	201	1343	655	841	186	1348	576	776	387	2691	1231	1617
Santo Antônio do Rio Madeira	170	1188	495	592	188	1239	445	499	358	2427	940	1091
São Luiz de Cáceres	146	1017	490	631	136	1121	522	637	282	2138	1012	1268

**Fonte:** Recenseamento do Brasil (1928) *apud* Poubel e Silva (2006).

No que se refere aos avanços no enfrentamento da mortalidade infantil, destaca-se o benefício da instalação do município, em 1912, que sob a direção de Joaquim Augusto Tanajura, teve a sede de seu núcleo deslocada para área planejada, a 500 metros da margem do Rio Madeira. A nova sede contou com arruamentos regulares, calçamento nas principais vias, drenagem de pântanos, abertura de poços para o fornecimento de água potável, prédios públicos nos quais os diversos serviços públicos foram instalados, e incentivos governamentais para a construção de residências e prédios particulares.

De especial importância é o fato de que Joaquim Augusto Tanajura era médico, com doutorado em Medicina. Doutorara-se em 1900, pela Faculdade de Medicina da Bahia com a tese intitulada “Letalidade infantil e suas causas”, sendo não só prefeito e médico dedicado, mas um militante da causa da infância. Daí seu empenho em urbanizar Santo Antônio do Madeira, alterar seus padrões sanitários e construir escolas. Destaca-se que além do grupo escolar criado por sua demanda, também foi aberto curso de alfabetização noturno, para os adolescentes e adultos que não podiam frequentar escola no período diurno.

A partir da instalação do município, uma nova qualidade de vida se estendeu sobre sua população, refletindo-se em seu quadro de saúde e inclusive na cidade vizinha, Porto Velho: “Em 1912, com a posse de Tanajura, medidas profiláticas e a criação da enfermaria

em Santo Antônio, o movimento do Hospital da Candelária caiu da média de 120 para 60 pessoas por dia; as mortes passaram de 419 para 209”, conforme dados de Olivar<sup>44</sup>.

Tanajura, que também atuou como jornalista, se posicionava contrário à “crônica depreciadora” apresentada por viajantes, cientistas e expedicionários que passaram por Santo Antônio, por entende tais críticas como incapazes de auxiliar na resolução dos problemas do lugar. Em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, na edição de cinco de junho de 1911, ele assim argumentou: “A crônica depreciadora, desde muito vem apresentando este povoado com uma sombria recomendação, que desanima quantos pensam empregar sua atividade”. Não nega, todavia, o caráter insalubre de seu ambiente, mas ao contrário de Oswaldo Cruz e de Marechal Rondon, imprime em seu discurso um tom de denúncia:

Quem conhece o Santo Antônio refere à sua insalubridade por múltiplas causas, entre as quais ressalta a da falta de higiene num meio restrito, onde os pântanos se multiplicam, a montureira se empilha por toda parte, originando os muitos inconvenientes que se observam como uma ameaça à saúde dos recém-vindos.

As inúmeras faltas verificadas, abrangendo a habitação, a alimentação, o desprezo das medidas de higiene, a ausência de cuidados premonitórios estão aí a atestar que este infeliz povoado parece não figurar entre os da comunhão brasileira, pelo abandono do poder público [...] <sup>45</sup>

Para Tanajura, havia uma correlação entre privação social, sanidade ambiental e condições de saúde. Já em 1900 ele destacava o problema da falta de recursos do proletariado para obter habitações com condições de higiene capaz de proteger a saúde e a vida. Em relação a essas habitações (cortiços) ele assim informava:

[...] proporcionam campo para as devastações mortíferas sem encontrarem a influência mais rudimentar de hygiene que lhes ponha obstáculo, fácil é compreender que a classe proletária principalmente sofra o golpe que a atinge, vitimando os pequeninos seres sujeitos as condições do meio viciado, a que são obrigados pelos poucos recursos dos genitores <sup>46</sup>

Apesar de ser um político conservador, filiado ao Partido Republicano do Mato Grosso, sua formação de cunho humanista viabilizou uma atuação progressista no que se refere à saúde e à educação da população de Santo Antônio.

A partir da instalação do município, as crianças de Santo Antônio desfrutaram de novas oportunidades de desenvolvimento. Contudo, essas oportunidades não foram iguais para todas, o que nos leva a pontuar as diferenças, bem como as similaridades entre a

---

<sup>44</sup> OLIVAR, Júlio. *A cidade que não existe mais*. Porto Velho: Temática Editora, 2015.

<sup>45</sup> TANAJURA, Joaquim Augusto. “Região do Madeira Santo Antônio”. *Jornal do Commercio*. Edição 02558 (1), de 5 de junho de 1911, p. 1.

<sup>46</sup> TANAJURA, Joaquim Augusto. *Letalidade infantil e suas causas*. Tese (Doutorado). Faculdade de Medicina da Bahia, Salvador: Typographia e Encadernação Empreza Editora, 1900.

infância das crianças da cidade, das que viviam nos seringais e aldeias. Para isso, dois elementos merecem observação especial: o trabalho e a escola.

No que se refere ao trabalho – ponto de similaridade entre diversas crianças da cidade e dos seringais - não houve em Santo Antônio do Madeira, enfrentamento do problema do trabalho infantil. Crianças residentes nos seringais continuaram no trabalho extenuante da coleta, preparação e transporte da borracha, trabalho este que se intensificou com a desvalorização do produto brasileiro perante o mercado internacional, no contexto da Primeira Guerra Mundial. Assim, elas e suas famílias precisavam trabalhar ainda mais para obter os alimentos e demais produtos necessários à vida naquele espaço.

As crianças da cidade cujas famílias enfrentavam situação de privação social também prestavam serviços no porto, no comércio e até mesmo em Porto Velho, no entorno do pátio da ferrovia. A necessidade de trabalhar era premente para muitas dessas crianças e diante da falta de fiscalização, vigorava o arbítrio dos empregadores. A pobreza material dos pais não permitia dispensá-los da labuta.

Com o dinheiro obtido com o trabalho, essas crianças ajudavam nas despesas domésticas, compravam doces, e estima-se até que, eventualmente, assistissem às matinês no cinema-bar localizado na cidade.

Essas crianças também brincavam, nadavam nos rios e córregos, tomavam banho de cachoeira, jogavam bola e peteca, brincavam com pião, assistiam aos jogos de futebol abertos ao público, às corridas de rua, freqüentavam as quermesses e festas das pessoas comuns. A freqüência aos espaços e o acesso ao consumo era determinado pela condição social de cada uma.

Além da forma de trabalho, outro diferencial entre as crianças residentes na cidade e as residentes na zona rural era o acesso à escola, elemento que, segundo Poubel e Silva<sup>47</sup>, promove uma transição de identidade (de criança para aluno), moldando o comportamento e inserindo novas demandas e responsabilidades na vida das crianças. A escola tornou-se ainda um elemento de diferenciação social, erigindo as diferenças em desigualdades.

Os filhos dos seringueiros, por estarem em constantes deslocamentos na floresta em busca de melhores recursos vegetais, levavam uma vida mais nômade, que dificultava e, em muitos dos casos, até mesmo impedia que freqüentassem escola. Aos filhos dos

---

<sup>47</sup> POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado), 220f. Universidade de São Paulo: Faculdade de Educação, 2006.

seringalistas passaram a ser organizados cursos agrícolas em regimes de internato, mas a grande massa de crianças e adolescentes pobres não teve acesso a esses cursos.

Nas aldeias e áreas indígenas recônditas, é possível que a infância tenha sido mais livre de pressões econômicas, embora a necessidade de sobrevivência também estivesse presente. Em relação a esses espaços, depreende-se que as brincadeiras ocorressem com artefatos produzidos por eles próprios ou por outros membros da comunidade, com pequenos animais silvestres e cachorros introduzidos por seringueiros.

No que se refere à educação, as crianças indígenas recebiam uma educação informal, pautada na transmissão oral do conhecimento. Possivelmente tinham mais tempo para brincar e aprendiam de forma mais lúdica, sem demasiadas cobranças, mas sua condição social também era de vulnerabilidade, tendo em vista que estava em processo o contato violento com a sociedade hegemônica. Essa violência poderia se manifestar de forma material ou simbólica, resultando física e fatal em muitos dos casos. Como costuma ocorrer, as diferenças de acesso à escola e depois, as diferenças de rendimento escolar progressivamente se constituíram em desigualdades, projetando estereótipos quanto à capacidade das crianças de condição mais humilde e as procedentes de minorias étnicas<sup>48</sup>.

Quanto ao acesso à saúde, às condições de prevenção e recuperação da saúde de crianças indígenas eram ainda mais precárias, dado a distância das cidades, as barreiras linguísticas e a intolerância de parte da sociedade não indígena, que percebia qualquer movimento por parte deles como ameaça. Nesse contexto, muitas crianças indígenas faleceram em função de doenças introduzidas pelos não indígenas e foram vítimas de sequestro e outras formas de violência.

No Relatório de Rondon de 1909, o militar relatou o dramático episódio da morte de um menino indígena:

Duas índias caminharam na noite, 33 quilômetros para levar a notícia á Mathias e João Carlos, dono da aldeia. D'essa hora em diante a aldeia despertou e o Cauloumená cessou como por encanto para dar lugar aos lamentos e choros com que toda a aldeia demonstrava o seu sentimento pelo ocorrido. “Neteani-raquê” chamava uma mulher desoladamente; e sem cessar, assim clamando, crusava a praça da aldeia, os campos próximos e se embrenhava nos bosques em direcção da maloca em que estava o morto. “Neteani-raquê” “meu filho morreu!” éra a queixa em que ella vasava toda a sua dor de mãe desolada. O cacique misturava aos lamentos maternos os seus conselhos e consolos; mas no mesmo tom plangente da magua, ainda que mais firmes e mais graves os seus accents<sup>49</sup>

<sup>48</sup> POUBEL E SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese (Doutorado), 220f. Universidade de São Paulo: Faculdade de Educação, 2006.

<sup>49</sup> RONDON, Candido Mariano da Silva. *Comissão das linhas telegraphicas estrategicas de Mato Grosso ao Amazonas: relatório apresentado á directoria geral dos telegraphos e á divisão geral de engenharia (G.5) do departamento da*

O relato demonstra haver, por parte da mãe e de toda a aldeia, grande comoção pela perda da criança, o que nos sugere afeto e cuidado em relação à infância. O menino morto não é apenas mais um menino, não é substituível, mas um ser especial para a sua comunidade, que sofre com seu passamento.

Também os adultos residentes na cidade (salvo as exceções que a psicologia explica), demonstravam, em alguma medida, preocupação e zelo em relação às crianças. São diversos os processos de adoção e tutela, que demonstram o interesse e compromisso de adultos em obterem a guarda ou efetivarem a adoção de crianças órfãs ou em situação de vulnerabilidade social. A título de exemplo, pode-se citar o processo 00010/1912, em que um comerciante estabelecido em Santo Antônio do Madeira requereu, de uma só vez, a tutela de duas crianças, ambas de pais supostamente desconhecidos.

O primeiro menor mencionado no referido processo<sup>50</sup> era natural do Pará, tinha 11 anos e era órfão de mãe; o segundo, nativo da própria vila de Santo Antônio, contava com apenas dois anos de idade quando sua guarda foi requerida. Este não era órfão, e a solicitação de tutela foi baseada na alegação de que sua mãe era “mulher de vida fácil”, não dispondo dos requisitos morais para criá-lo. Cabe notar que antes mesmo da concessão da tutela, essas crianças já residiam na casa do requerente, do que se depreende algum tipo de vínculo prévio entre ele e as mães das crianças.

Também um servidor público requereu provisão de tutela de um menino de 15 anos de idade que, segundo consta, não possuía parentes em Santo Antônio do Madeira<sup>51</sup>. Por ter de viajar em razão das necessidades do serviço público, o requerente não pode acompanhar todo o processo, tendo designado Joaquim Augusto Tanajura (o prefeito), como seu procurador, que efetuou as diligências necessárias para que o amigo obtivesse a tutela do adolescente.

Só no ano de 1912 foram 04 processos relacionados a provisão de menores. No período de 1910 a 1929 o total de processos do gênero foi de 89.

O quantitativo de casos registrados em 1912 pode ser explicado em função da demanda reprimida de anos anteriores – apenas em 1912 foi implantado o município, o

---

*guerra, 1909*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2016, p. 187.

<sup>50</sup> TJ-RO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Centro de Documentação História. *Processo n. 00007/1912*, CX. 001. Porto Velho: 1912<sup>a</sup>.

<sup>51</sup> TJ-RO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA. Centro de Documentação História. *Processo n. 00010/1912*, CX. 001. Porto Velho: 1912<sup>b</sup>

Juizado e a Curadoria de órfãos. Era um juízo monocrático, isto é, o mesmo magistrado acumulava todas as matérias judiciais, portanto estava inclusa na sua competência as questões relacionadas a menores. Além disso, o ano anterior havia sido de grande mortandade, em razão de uma epidemia de varíola que grassou sobre o Mato Grosso, além da malária e febre amarela, endêmicas à localidade. É possível que por força da referida epidemia, o número de crianças órfãs e em privação social tenha se ampliado.

Ao passo em que havia esses indícios de proteção a crianças em situação de vulnerabilidade social/privação social, também havia situações extremas de violência. Exemplo disso é o caso da menina de oito anos vítima de estupro coletivo na Vila de Santo Antonio do Rio Madeira no ano de 1917. Ela vivia agregada na casa de diversas mulheres, francesas, italianas, nordestinas, fazendo serviços domésticos, como lavar louça, levar recados, e esvaziar os pinicos. Numa dessas idas em que saiu para esvaziar os pinicos, foi estuprada por oito homens. Testemunhas alegaram que a menina andava quase nua, ou seja, expunha seu corpo, mal coberto por poucos trapos, como se isso fosse razão para a violência que sofreu.

Percebe-se que os menores viviam uma situação bastante insegura, observando-se que eram trocados de guarda com frequência, ficando ora numa casa, ora em outra, sem nenhuma estabilidade, sob a condição de tutelados por algum parente ou cidadão ilustre que prestava esse serviço à comunidade. E se haviam fatos formalmente levados ao conhecimento do juízo, esses não representavam a totalidade das ocorrências. Estima-se que a maior parte das questões envolvendo menores se processavam informalmente, ostentando o acolhido a condição de agregado na família acolhedora, ou mesmo de trabalhador doméstico.

E se havia casos de adoção e tutela, havia também de abandono. Na documentação analisada se acessou processos em que algumas mães, alegando problemas de saúde e/ou financeiros entregavam os filhos para guarda ou adoção, e depois retornavam reclamando-os de volta a seus cuidados. Sabemos que essa situação de vulnerabilidade vivenciada pelas crianças estava diretamente ligada aos problemas sociais do lugar, como alto índice de mortalidade em decorrência da malária, falta de saneamento básico e pobreza disseminada, que dificultavam uma vida saudável. Além disso, apesar da evolução que vinha ocorrendo desde o século XVII no pensamento e trato para com as crianças, as leis ainda eram bastante deficientes e as condições culturais e sociais perpetuavam práticas violentas de correção e de exploração do trabalho infantil.

## Considerações Finais

Conforme Pilippe Ariès<sup>52</sup>, não há possibilidade de se nascer adulto. Toda pessoa adulta, um dia foi criança. No entanto, às crianças nem sempre foi dada a devida importância e atenção. Ao longo da história observamos que a concepção sobre a infância e os dispositivos a ela direcionada sofreram diversas transformações até chegar aos dias atuais, em que os direitos das crianças são definidos por normas formalizadas de uma maneira ampla e mais igualitária.

No Brasil, somente no ano 1979 com o Código de Menores e, após em 1990, com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), houve melhoria na positivação de direitos das crianças e adolescentes, estando a realidade, contudo, distante do ideal.

Com relação às crianças residentes em de Santo Antônio do Rio Madeira no período estudado, as formas de vivência da infância, as condições de desenvolvimento, as formas de proteção social e o acesso a direitos eram diferentes entre as crianças brancas e urbanas, as crianças indígenas e as residentes nos seringais. Tais diferenças materializaram-se em desigualdades, contribuindo para a manutenção de um quadro de privação social.

Contudo, apesar de todas as deficiências do Estado, foi possível perceber nos processos da comarca de Santo Antônio do Rio Madeira analisados, que havia, por parte dos julgadores, o cuidado e senso humanista para atender as demandas relacionadas aos menores que no início do século XX passaram por situação de abandono ou violência, muito embora a legislação ainda não oferecesse mecanismos suficientes. Essa presença do Estado, sobretudo por meio do Poder Judiciário, foi relevante para regular a ordem estabelecida e prover maior proteção à infância.

Recebido em 15 de março de 2022  
Aceito em 11 de novembro de 2022

---

<sup>52</sup> ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.